

**“As Mulheres Mostram Sua Garra”: Representações
sobre as mulheres indígenas no jornal/Revista *Mensageiro*
durante a Nova República, Brasil¹**

Paula Faustino Sampaio

Universidade Federal de Mato Grosso/ Brasil

Desde dos anos 1960, o movimento indígena no Brasil organiza-se, questionando a tutela do Estado sobre os indígenas. Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 houve o reconhecimento por parte do Estado brasileiro das organizações sociais indígenas. Todo este processo é objeto de atenção e de crítica da imprensa alternativa. Neste sentido, o Conselho Indigenista Missionário, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil doravante (CNBB), publica desde 1979 o jornal/revista *Mensageiro*. Nela, localizam as representações sobre mulheres dos diversos povos indígenas no Brasil passíveis de serem estudadas e com o objetivo de mostrar como a revista posicionou sujeitos femininos indígenas frente ao projeto de cidadania no Brasil durante a Nova República.

Palavras-chave: Representações; Mulheres Indígenas; Imprensa; República.

Em 2017 a *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), uma rede de mídia colaborativa no ciberespaço, fundada em 2011, alternativa e crítica à imprensa tradicional e defensora do midiativismo, com aproximadamente 2 milhões de apoiadores,

¹ Este estudo é parte do projeto de doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil, sob orientação do Prof. Dr Thiago Leandro Vieira Cavalcante. A responsabilidade pelas ideias expressas aqui são inteiramente minha.

e picos de audiência de 120 mil espectadores², começou a publicação de artigos de opinião de Sônia Guajajara, a única mulher indígena entre os noventa e um colunistas³ da *Mídia Ninja*. Seguindo a orientação editorial da *Mídia Ninja*, a colunista que é também coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e liderança indígena nacional aborda as questões indígenas no Brasil com ênfase às lutas dos povos indígenas por direitos e às políticas governamentais para os povos indígenas.

É a presença de uma mulher indígena como colunista nesta mídia que instiga a reflexão histórica na perspectiva de gênero sobre as representações do protagonismo destas indígenas construídas pela mídia alternativa do Brasil. No caso da *Mídia Ninja*, a representação mais proeminente das mulheres indígenas é caucada no protagonismo social de Sônia Guajajara. Ela é apresentada como a voz e o rosto do movimento indígena no âmbito da política nacional. Por sua vez, ser colunista lhe permite atuar politicamente também nos meios de comunicação no ciberespaço, visibilizando as ações juntos aos povos indígenas e não-indígenas.

Esta representação de mulher indígena, fundada pelos discursos das mulheres, a exemplo de Sônia Guajajara, e da mídia alternativa no ciberespaço, remete a outro momento histórico no qual a imprensa alternativa, atuante junto aos povos indígenas e à luta pelo fim do regime de governo autoritário, implantado no Brasil pelo golpe civil-militar em 1964, construiu outra imagem sobre mulheres indígenas.

² *Mídia Ninja* – sigla em português para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação é uma rede de mídia, crítica às práticas neoliberais e a imprensa tradicional, utiliza o ciberespaço e faz-se presente na articulação de manifestações nacionais desde 2011, quando surgiu a partir de uma rede de construção cultura articulado aos Pontos de Cultura, projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura do Brasil. Para mais informações sobre a *Mídia Ninja* e seu modo de ação traduzido no conceito midiativismo ver: Monica Martinez, Simonetta Persichetti. “Mídia Ninja: a narrativa fotojornalística brasileira na era digital”. <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/67>. Thiago Almeida.

“Midiativismo e cobertura jornalística: mídia livres, movimento em rede e estratégias de contrapoder”. <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7985/2/arquivototal.pdf>.

³ Número de colunista em 31 de março de 2018. São também colunistas o cantor Caetano Veloso, a filósofa Márcia Tiburi, o Deputado Federal Jean Wylis, a pedagoga e ex-Ministra do Ministério das Mulheres. Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, durante o governo Dilma Rousseff, e Nilma Lino Gomes. *Mídia Ninja*. “Colunista”. <http://midianinja.org/> Acesso em 31 de março de 2018.

No processo de consolidação da democracia brasileira iniciado com os debates para a Constituição do Brasil, outorgada no ano de 1988, o movimento indígena alcançou estatuto jurídico e fortaleceu sua organização enquanto movimento social em defesa das pautas indígenas. Concomitantemente a este processo político chamado Nova República, iniciado com a eleição de Tancredo Neves para presidência da República e a posse de seu vice José Sarney em 1985, algumas lideranças indígenas passaram a ter visibilidade no cenário político e na grande imprensa nacional.

Nos anos iniciais da década de 1980, na grande imprensa, formada por grupos de comunicação de massa geralmente atrelados ao pensamento dominante, o mais destacado indígena foi o Deputado Federal Mario Juruna, da etnia Xavante, filiado ao Partido Democrática Trabalhista (PDT) e eleito em 1982 com 31 mil votos representante do Estado do Rio de Janeiro; o cacique *Raoni Metuktire*, da etnia Kaiapó e que tanto em suas tratativas com o Governo Federal e organismo internacional, especialmente, quanto na convocação da população indígena para mobilização em defesa da Amazônia, foi e é uma face visível na grande imprensa desde os 1970. Atualmente, é o nome Sônia Guajajara o visível em jornais, revistas e mídias do ciberespaço atrelado às questões indígenas.

Inspirada pela visibilidade desta mulher em um cenário político que, embora difícil para os povos indígenas, tinha em alguns homens indígenas a representação visível, e considerando os impressos como construção da realidade político-social, conforme entendimento de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado⁴, intencionamos evidenciar como os sujeitos femininos indígenas foram posicionados frente ao projeto de cidadania no Brasil nas representações que foram construídas sobre estas mulheres na mídia alternativa voltada à temática povos indígenas no contexto da Nova República. Para tal, apresento as representações sobre elas no jornal/revista alternativo *Mensageiro*, uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), editado entre os anos 1979 e 2013, voltado ao público indígena e não-indígena, abordando centralmente as questões indígenas⁵.

⁴ Sobre a imprensa da grande e a construção de ideologia ver: Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. 1980.

⁵ Para mais informações sobre as questões indígenas no Brasil ver: Manuela Carneiro da Cunha. "O futuro da questão indígena". http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100016&lng=en&nrm=iso

O jornal/revista *Mensageiro* – um impresso alternativo voltado às questões indígenas

Em 1979 o Conselho Indigenista Missionário de agora em diante CIMI, órgão criado em 1972 vinculado à Igreja Católica no Brasil por meio da CNBB, lançou o jornal *Mensageiro* como parte da sua política missionária junto aos povos indígenas no Brasil.

O editorial n° 1 - “Apresentação do jornal *Mensageiro*” contou que durante a 3ª Assembleia do CIMI, Regional Norte II, realizada entre 24 e 29 de abril de 1979, no Centro de Treinamento da Prelazia de Abaetetuba, município de Laranjal, estado do Pará, estavam reunidos cinco lideranças indígenas (Geraldo Lod, etnia Galibi; Tãgaha, etnia Karipuna; Paulo Orlando, etnia Palikur; Floriano Tauhe, etnia Munduruku; e Francisco Hakai, etnia Munduruku) e onze missionários⁶ do CIMI.

Naquela ocasião, o impresso *Mensageiro* foi apresentado como jornal; a partir da edição n° 55 de janeiro/fevereiro/março de 1989 assumiu o formato revista. Este jornal/revista, como passo tratar o impresso, foi editado pelo CIMI periodicamente até 2012. São cento e noventa e seis números, que perfazem trinta e três anos de publicação.

O jornal/revista *Mensageiro* é um impresso alternativo que tem como temática central as questões indígenas. Conforme Kucinski (1991), os impressos alternativos surgidos entre 1964 e 1980, período da ditadura militar no Brasil, reuniam dois anseios: primeiro, havia a vontade e o trabalho das esquerdas de efetivar um projeto de transformação sócio-política-econômica; segundo, e sua busca por constituição de espaços alternativos à grande imprensa e aos discursos de cientificidade absoluta das universidades. Para o autor, os impressos alternativos daquele contexto de autoritarismo e repressão política são signos de resistência política e cultural e ponto de ação política.

Segundo Fernando Perli, a partir do final dos anos 1970 a imprensa alternativa multiplicou-se junto a sindicatos e demais organizações sociais, exercendo papel de crítica a liberdade de expressão e aos cerceamentos impostos pela ditadura civil militar,

⁶ Até o momento não foi possível identificar os (as) onze missionários (as).

tendo apoio da Igreja Católica, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outras entidades da sociedade civil organizada. Neste âmbito, o Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, iniciou a publicação de boletins e a construção de política de comunicação visando a resistência ao conteúdo veiculado pela grande imprensa sobre o MST.⁷

É importante mencionar que é característica da imprensa alternativa focar em questão específica. Segundo Elizabeth Cardoso, nos anos 1970, “existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, haviam os jornais voltados para a questão feminista.”⁸

Os estudos sobre impressos alternativos são compreendidos por Cecília K. Peruzzo como uma outra comunicação produzida pelos movimentos sociais, “que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social”.⁹

Destarte, o CIMI e os povos indígenas no âmbito do fortalecimento do movimento indígena na década de 1970 produziram uma outra comunicação sobre os povos indígenas por meio de impressos alternativos como o jornal/revista *Mensageiro*.

Inicialmente, o impresso *Mensageiro* apresentou-se como um jornal dos índios para os índios. A edição nº 1 afirmou: “Queremos mandar o jornal “MENSAGEIRO” para nossos irmãos índios. Esta é a palavra do índio para o índio. É uma mensagem. Todos podem mandar sua mensagem e fatos em preto e branco para o jornal

⁷ Sobre a política de comunicação do Movimento sem Terra no Brasil conferir: Fernando Perli. “A luta divulgada: um movimento em (in) formação: estratégias, representações e políticas de comunicação do MST (1981-2001)”. <http://dominiopublico.io/Fernando-Perli/A-luta-divulgada-um-movimento-em-in-formacao-estrategias-representacoes-e-politica-de-comunicacao-do-MST-1981-2001/>

⁸ Ver: Elizabeth Cardoso. “Imprensa feminista brasileira pós-1974” <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>. 2004, p. 37.

⁹ Ver: Cicilia Peruzzo. “Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>. 2009, p. 132.

a: Geraldo Lod.”¹⁰ Na edição n° 02, a nota da redação reforçou os propósitos do impresso: “Quer ser uma mensagem de índio para índio”.¹¹

Porém, nas edições subsequentes notamos a mudança editorial. O jornal/revista *Mensageiro* deixa de constituir-se um impresso *dos índios para os índios*, tornar-se um jornal/revista sobre os povos indígenas e reforça a ideia do impresso como instrumento político. A edição n° 100, comemorativa dos dezoito anos da publicação, reafirmou que o jornal/revista *Mensageiro*:

Procura ser a voz e instrumento da aliança e articulação entre os povos indígenas. Procura compartilhar com amigos e amigas as riquezas culturais de povos pequenos, mas com culturas milenares e tecer solidariedade. Sobretudo anuncia esperança na realização de uma sociedade nova fruto de nosso compromissos de índios e não-índios.¹²

Segundo Mário Fioravanti, o “CIMI exerceu uma tarefa missionária e evangelizadora com conotações hipoteticamente inovadoras quanto ao exercício de prática missionária progressista, defendendo para si um papel de vanguarda e revolucionário”¹³ na organização do movimento social indígena.

No âmbito desta orientação política, o movimento cimiano fomentou reuniões, cursos de formação, assembleias entre os indígenas, lançou jornal e revista, entre outras ações.

Na compreensão de Sidiclei Deparis, o CIMI editou uma imprensa alternativa fundamental com uma mirada crítica para as ações do Estado junto aos povos indígenas e para desconstruir o noticiário estereotipado da grande imprensa sobre as questões indígenas.¹⁴

¹⁰ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. n° 1, ano 1979. Apresentação do jornal pelo editor Geraldo Lod.

¹¹ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. n° 2, agosto de 1979. Nota da redação, p. 23.

¹² Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. n° 100, de setembro-outubro de 1996, editorial.

¹³ Ver: Mário Fioravanti. ÍNDIO-CIMI ou CIMI-ÍNDIO? A razão crítica de uma “nova” perspectiva interétnica e missionária. 1990, p. 2.

¹⁴ Sobre a atuação cimiana junto aos povos indígenas ver: Sidiclei Deparis. *União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. 2007.

Assim, o jornal/revista *Mensageiro* não foi um impresso produzido apenas pelos indígenas do Brasil, uma vez que a ação dos (as) missionários(as) ciminianos (as) foi constante na produção deste impresso, por isso, *Mensageiro* foi sobretudo um impresso para os povos indígenas, visando sua organização política entorno do reconhecimento da diferença étnica, sem prescindir das relações interétnicas. Ao mesmo tempo, o jornal/revista *Mensageiro* noticiou e contribuiu na articulação dos povos indígenas no contexto político da Nova República, quando as políticas neoliberais atuaram fortemente nas políticas de governo, as quais o impresso fez críticas.

Neste impresso alternativo, localizei referências diretas ao termo mulher indígena em notícias, reportagens, legendas, editoriais, artigos, etc., compondo um conjunto documental com mais de oitanta matérias envolvendo-as. Para fins deste artigo, selecionei três notícias, uma reportagem e dez legendas de fotografias contidas nestas notícias ou na reportagem, ilustrativas da representações sobre mulheres indígenas.

Mulheres indígenas no jornal/revista *Mensageiro*

O jornal/revista *Mensageiro* publicou na edição nº 3, fevereiro de 1980, a notícia intitulada “As mulheres também fazem Assembleia!”¹⁵ que destacou a assembleia realizada por mulheres de Curipi e de Urucauá no final do ano de 1979, evidenciando trechos de falas de nove mulheres, Alzira Correia, Cristina dos Santos, Catarina, Eliete, Maria Martilina e Maria Clea dos Santos, pertencentes a etnia Karipuna¹⁶, e Nazarê, Hilda Ioiô e Raimunda, da etnia Palikur¹⁷.

Os trechos das falas dessas mulheres abordam quatro assuntos: 1. Comunidade, destacando o trabalho nas atividades agrícolas; 2. Reunião de mulheres, enfatizando o papel dessa reunião para a comunidade; 3. Mulher sem marido, refletindo sobre os desafios destas mulheres na comunidade; 4. Colaboração dos homens na reunião das mulheres, destacando a feitura de comida.

¹⁵ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 3, fevereiro, 1980, p.15.

¹⁶ Karipuna, são 2.922, estado do Amapá, falante de creoulo.

¹⁷ Palikur, autodenominação Païkwenê. Atualmente estão no estado do Amapá, Brasil, e na Guiana Francesa, sendo 1.712 e 720 pessoas. São da família linguística Aruak.

Cristina dos Santos, etnia Karipuna, aldeia Açaizal no Curipi, afirmou: “Nós vimos do Açaizal assistir a reunião do povo. Gostei da reunião. É a primeira vez que assisto reunião só de mulheres. Acho importante as mulheres reunirem-se para ver como podem ajudar na comunidade”.¹⁸

Raimunda, etnia Palikur, Vila Palikur, Rio Urucauá, disse:

Nós aqui reunidas falamos que as ideias do índio Palikur é mais importante que as do civilizado porque o civilizado tem de fato são sabido mas certo ponto onde eles erram muito. Temos que viver com nosso marido. As vezes alguém muda de ideia e acha que nosso marido não presta mais que achamos que o creolo do lado francês é melhor que nosso marido mas é onde erramos muito. [...].¹⁹

O processo organizativo e a realização de assembleias reunindo várias etnias da região norte do Brasil vem sendo estudados por antropólogos (as) e etno-historiadores (as). Lux Boelitz Vidal, que estudou quatro etnias que vivem na bacia do rio Uaçá e à margem do rio Oiapoque, Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, pondera que

[...] as etnias do Uaçá compartilham muitos traços comuns, mas também se diferenciam entre si, e uma em relação às outras, dependendo do contexto. Trata-se de um processo muito dinâmico, mediado, em nível prático, pelas Assembleias gerais dos índios do Oiapoque. Cada ano é realizada uma Assembleia “interna”, fechada aos não-índios, exceto se há convite específico por parte das comunidades. E a cada dois anos realiza-se uma Assembleia geral aberta e articulada especificamente com e para o exterior²⁰.

No âmbito do que Lux Boelitz Vidal chama de “Assembleia geral aberta e articulada especificamente com e para o exterior”²¹ mulheres indígenas de quatro etnias estiveram presente. O jornal/

¹⁸ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. n° 3, fevereiro, 1980, p.16.

¹⁹ Idem.

²⁰ Vidal. “O modelo e a marca, ou o estilo dos “misturados”. *Cosmologia, História e Estética entre os povos indígenas do Uaçá*. 1999, pp. 29-45.

²¹ Idem.

revista *Mensageiro*, além de registrar pensamentos de mulheres sobre participação delas na assembleia, nomeando-as e destacando suas ideias sobre diversos assuntos, destacou a excepcionalidade do acontecimento no título da notícia, pois, diferentemente de outros momentos, nesta assembleia mulheres de diversas etnias participaram junto com os homens indígenas.

Se considerarmos que, culturalmente, mulheres indígenas são vistas, ainda hoje, a partir de um conjunto de estereótipos fundado em ideário colonizador, racista e patriarcal, como sujeitos passivos, é relevante a visibilidade às mulheres dada nesta notícia como sujeito político participe do processo organizativo de algumas etnias da região Norte do Brasil no final da década de 1970.

No final dos anos 1970, quando no Brasil lutava-se pelo fim da ditadura civil-militar, o CIMI por meio dos impressos fazia duras críticas ao controle, ao cerceamento e ao processo civilizatório impostos aos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O SPI mantinha os povos indígenas sob a tutela do Estado brasileiro. Foi neste contexto que o movimento indígena no Brasil fortaleceu sua organização, fazendo frente à tutela do Estado sobre os indígenas.

Por sua vez, o movimento feminista denunciava tanto a falta de direitos para as mulheres na sociedade quanto a reduzida, quando não nula, voz de mulheres nos movimentos sociais. Muitas mulheres, algumas redatoras de impressos alternativos, enfrentaram de diversos modos as tentativas de silenciamentos da cultura machista, afirmando reiteradas vezes que o “pessoal é político”.

Indígenas e Mulheres lutaram e continuam a lutar por reconhecimento dos seus direitos, dos seus pensamentos e das suas vozes em um contexto de negação da cidadania plena.

A notícia intitulada “As mulheres também fazem Assembleia” visibilizou problemas da sociedade brasileira sob o olhar de algumas mulheres indígenas. Raimunda, citada acima, destacou a problemática do discurso civilizatório para as relações entre marido e esposa na sociedade Palikur e para o casamento interétnico com membros da Guiana Francesa, evidenciando as complexidade da realidade sociopolítica de mulheres indígenas na fronteira Brasil-Guiana Francesa.

Além do processo organizativo político dos povos indígenas nos termos reconhecidos pela sociedade brasileira, vivenciado pelos grupos étnicos sob estímulo do CIMI, visando o reconhecimento dos direitos indígenas, a fala de Raimunda e das demais mulheres, registradas pela notícia *Mensageiro*, denotam que trabalho, casamento, sexualidade e vida em comunidade são componentes importantes da realidade sociopolítica das mulheres Palikur e Karipuna, portanto, pautas fundamentais da assembleia de mulheres

As edições nº 18 e nº 20, ano de 1983, do jornal/revista *Mensageiro* publicaram a notícia intitulada “A palavra das mulheres índias”. Em uma das falas registradas na notícia, Deise Karipuna do Manga afirmou: “Gostei de assistir a reunião junto com meus irmãos. Eu tinha meu trabalho, eu deixei porque é importante nós mulheres participar junto com os homens”²². No geral, as falas registradas destacaram o trabalho realizado pelas mulheres para receber pessoas de todo Brasil na Assembleia Nacional Indígena no Oiapoque, estado do Amapá, tema do editorial destas edições do impresso.

Em Diamantino, estado de Mato Grosso, em 1974, durante a ditadura civil-militar, foi realizada a primeira assembleia nacional de líderes indígenas com apoio do CIMI. De acordo com João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, o CIMI apoiou a realização de 16 assembleias nacionais de povos indígenas, entre 1974 e 1983²³.

Para Maria Helena Ortolan Matos, as assembleias indígenas podem ser pensadas como:

[...] um processo de formação de nova tradição entre os povos indígenas, fundada a partir de uma consciência coletiva da situação do contato. Elas serviram para socializar os índios na nova comunidade política criada com o movimento pan-indígena.²⁴

O editorial do jornal/revista *Mensageiro* dedicou atenção a cronologia da Assembleia Nacional Indígena e as diversas etnias par-

²² Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 18, ano 1983, p. 6.

²³ Oliveira, Freire. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. 2006, p.188.

²⁴ Matos. *O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. 1997, p. 214.

típicos, destacando os esforços para acomodar pessoas de todos vários lugares do Brasil. Mas foi ao noticiar que as mulheres estiveram a frente do preparo das comidas, da limpeza e da arrumação dos espaços e dos cuidados com as crianças, que o jornal/revista *Mensageiro* mostrou que a participação de mulheres indígenas na Assembleia Nacional Indígena estava associada ao cuidado, tido como atividade própria das mulheres segundo a ótica ocidental patriarcal.

O que parecia um deslocamento da ideia de que os assuntos políticos não pertenciam ao campo de atenção das mulheres indígenas na notícia da edição nº 3, fevereiro de 1980, intitulada “As mulheres também fazem Assembleia!”, surgem nas edições nº 18 e nº 20, ano de 1983, na notícia intitulada “A palavra das mulheres índias”, como reafirmação da ideia de que o lugar das mulheres indígenas nas discussões da Assembleia Nacional Indígena não era de voz ativa.

A notícia “A palavra das mulheres índias” apresentou também fotografias com legendas. No momento, são as legendas das fotografias objeto de atenção. As legendas das três fotografias da edição nº 18 enfatizaram a presença feminina na Assembleia e convidam as demais para participação: “A participação da mulher é importante”, “Minhas irmãs, vamos lutar juntas”, “As senhoras na assembleia”.²⁵

Já as legendas das seis fotografias edição nº 20 destacaram a participação conjunta de mulheres e homens na comunidade e na luta e o papel da organização indígena: “O futuro do povo está nas mãos das mulheres”, “Ficamos alegres em receber nossos irmãos”, “É importante nós mulheres participarmos juntos com os homens”, “Vamos lutar juntas”, “Maria Inês (Karipuna) faz parte do Conselho Comunitário Manga” e “Graziela (Galibi): ficamos tristes ao ouvir falar dos sofrimentos dos nossos irmãos”.²⁶

Ainda quanto às legendas de fotografias, duas legendas para uma mesma fotografia chamam atenção. Na edição nº 18 a fotografia, localizada no final da página, do artigo “União para resistir”, apresentou a seguinte legenda: “As mulheres não falaram muito,

²⁵ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 18, ano 1983, p. 6-7.

²⁶ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 20, ano 1983, p. 10.

mas já é um começo”²⁷. Já na edição nº 20, a mesma fotografia apresentou outra legenda: “As senhoras na assembleia.”²⁸

Este conjunto de notícias e legendas das fotografias nos permite afirmar que, se ainda não tinham voz na Assembleia Nacional Indígena, certamente mulheres indígenas eram vistas pela *Mensageiro* como sujeitos que deviam estar presentes na Assembleia, uma vez que as diferenças nas legendas de fotografias e a presença das mesmas permitem entrever um estímulo do CIMI a participação de mulheres, ainda que dentro das funções tidas por tradicionais, e com tímida expressão oral. Enquanto os homens indígenas foram apresentados na condição de liderança e utilizando voz e gestos de luta.

A edição nº 37, maio/junho de 1986, publicou a reportagem “Índios lutam contra descentralização da FUNAI”. Nela lemos opiniões de vários indígenas, entre as oito opiniões de indígenas está a opinião de uma mulher indígena:

Marta Guarani, sobrinha do líder Marçal assassinado, defendeu uma reformulação profunda da Funai, considerando que as comunidade indígenas como as que vivem em PARAGUAÇU (MS) estão morrendo de fome.

Ela avisa que o branco provoca rivalidade entre índios a fim de tirar as suas riquezas florestais e minerais.

O branco tem usado índio para acabar com o próprio índio, afirma Marta. (Correio Brasiliense 16.03.83)²⁹

As opiniões indígenas publicadas no jornal/revista *Mensageiro* em 1986 são republicações de trechos de opiniões publicadas no ano de 1983 nos jornais Diário Popular, Correio Brasiliense, Última Hora, pertencentes a chamada grande imprensa nacional. Portanto, o jornal/revista *Mensageiro* retomou três anos depois um debate que havia se dado grande imprensa mostrando os pontos de vista das lideranças dos movimento indígena no debate sobre a tutela da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI). Entre os líderes surge uma mulher, Marta Guarani, liderança indígena no estado do Mato Grosso do Sul, especialmente visível após o assassinato do líder Marçal.

²⁷ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 18, ano 1983, p. 3.

²⁸ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 20, ano 1983, p. 10.

²⁹ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 37, maio-junho, ano 1986, p. 5.

A opinião de Marta Guarani foi publicado ao lado da opinião do deputado indígena Mario Juruna e acima da opinião de Álvaro Tukano, Coordenador Nacional da União das Nações Indígenas.

Desta vez, uma mulher indígena tratou de algumas das principais temáticas que ocupavam em grande medida as páginas do *Mensageiro*, a saber, a tutela do Estado sobre os povos indígenas, a luta pela demarcação das terras indígenas, os conflitos entre indígenas e não-indígenas, a extração de matérias vegetais e minerais, a desigualdade social e a condição de vidas dos povos indígenas.

Vale descrever a fotografia presente na notícia. Trata-se de um registo de um grupo que tem a frente e centralizado a figura de Mario Juruna, do lado esquerdo vê-se um homem, e do lado direito uma mulher, porém a legenda nomeiou apenas Mario Juruna, destacando sua participação na manifestação pela apuração das violências ocorridas na Funai Campo Grande-MS.

Naquele momento, na articulação do movimento indígena no estado de Mato Grosso do Sul, um nome recorrente era o de Marta Guarani, etnia Guarani. Porém, no jornal/revista *Mensageiro* a mulher fotografada não foi identificada. A legenda centrou atenção para a presença do Deputado Federal indígena, Mario Juruna, etnia Xavante, filiado ao PDT, cuja atuação na Câmara Federal foi objeto de atenção e escrutínio da imprensa por se constituir o primeiro indígena a ter assento na casa legislativa.

O impresso apresentou a opinião de Marta Guarani, o que é chamativo do ponto de vista da visibilidade de mulheres em uma reportagem em que a política dos indígenas e para os indígenas tem rosto de homens, e também considerando a predominância de discurso deles ao longo do impresso. Contudo, a fotografia na qual aparece uma mulher indígena sem nome ao lado de homem indígena com nome (Mario Juruna), embora ambos em manifestação em defesa dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, é representativa do tratamento assimétrico do *Mensageiro* em relação as lideranças do movimento indígena. Bem como, é evidenciadora do machismo enquanto uma ideologia da e na imprensa, seja ela hegemônica ou alternativa, que dificulta a visibilização da atuação

política de mulheres indígenas e não indígenas nos movimentos sociais e em outras esferas políticas.³⁰

Fico a conjecturar se seria a mulher da fotografia uma liderança indígena, quais as dificuldades para as mulheres indígenas no movimento indígena. É Sônia Guajajara que dá elementos para ampliar as indagações acerca do modo como mulheres indígenas foram representadas na imprensa alternativa. Em entrevista para o Blog Monitoramento do Instituto Socioambiental, ela afirmou:

É um desafio diário, inclusive para a gente ocupar estes espaços de discussão. Como tem esta questão mesmo da cultura, do machismo. Embora tenham muitas lideranças ativas e empoderadas, ainda somos um número muito pequeno de mulheres que consegue ir além do espaço da aldeia. E a gente precisa cada vez mais tentar chegar mais junto e ocupar e fazer com que a voz da mulher seja escutada, não só dentro da nossa própria terra como fora também. As mulheres precisam se empoderar muito para se libertar disso.³¹

O trecho da entrevista ilustra as principais questões postas por Sônia Guajajara acerca da participação das mulheres indígenas na condição de liderança no movimento indígena no Brasil. Ela ressalta o quanto ainda é controversa a participação das mulheres no movimento indígena na esfera global dada ao que chama de duplo preconceito: “A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher”³².

Se ainda não é comum uma mulher indígena assumir lugar de liderança dentro do movimento indígena, sendo sua participação

³⁰ Vale destacar os estudos historiográficos acerca da imprensa feminina e feminista que evidenciam os mecanismos de exclusão de mulheres na grande imprensa e, por outro lado, a criação de uma imprensa engajada com as questões feministas, a respeito ver: Soihet. *Feminismo e antifeminismo: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. 2013.

³¹ Instituto Socioambiental. “Sonia Guajajara: “A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher”. <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sonia-guajajara-a-gente-enfrenta-o-preconceito-duas-vezes-por-ser-indigena-e-por-ser-mulher>. O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que possui o “Blog do Monitoramento” sobre questões indígenas. Em 2016, organizou notícias, entrevistas, artigos, reportagem, etc. sobre mulheres indígenas para destacar a Semana do Índio.

³² Idem.

obstaculizada por uma cultura política feito por homens e para homens, tampouco escrever, conceder entrevista ou ser fotografada. Contudo, Sônia Guajajara hoje representa nacionalmente povos indígenas, coordena a APIB, concede entrevistas, escreve na mídia alternativa e tem sua imagem associada a luta dos povos indígenas. Na esteria do pensamento de Glória Anzaldúa³³, posso dizer que Sônia Guajajara, bem como a mulher fotografada porém sem nomeação, são transgressoras desde sua condição étnica, classista e de gênero por fazerem-se presentes no movimento social em que pese as interdições machistas.

Enquanto a notícia da edição nº 3 de 1980 enfatizou a participação de mulheres de diversas etnias em uma assembleia local, mostrando pautas e pontos de vista de diferentes mulheres, e a reportagem da edição nº 37 de 1986, mostrou a opinião de uma única mulher no conjunto do nomes de líderes indígenas formado majoritariamente por homens, portanto, elementos constituintes de uma representação das mulheres indígenas como sujeito atuante politicamente na esfera da comunidade local e do movimento indígena nacional, recorrente no jornal/revista *Mensagem*, a notícia das edições nº 18 e nº 20 contém elementos que constroem uma representação das mulheres indígenas como cuidadoras do espaço e da alimentação, e ouvintes da ação política dos homens indígenas, com quem, suportamente, deve aprender a fazer política, como se o próprio ato de cuidar não fosse um ato político.

Se na década de 1980 a representação das mulheres indígenas no jornal/revista *Mensagem* não é unívoca, apresentando contradições especialmente sobre o modo de atuação de mulheres no movimento indígena, a notícia da edição nº 94, setembro-outubro de 1995, contém elementos discursivos da posição que o impresso assumiu nos anos 1990.

Com o título “Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Indígenas”³⁴, a notícia descreve o encontro realizado em Brasília, de 25 a 28 de setembro de 1995, destacando representatividade de vinte e cinco povos indígenas do Brasil por meio de mulheres. A notícia

³³ Sobre o pensamento que enfatiza a transgressão como um ato que se dá de forma conntudente nas fronteiras Anzaldúa. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. 2012.

³⁴ Jornal/Revista *Mensagem*, ed. nº 94, setembro-outubro, ano 1995, p. 26.

informa que na pauta do encontro estavam temas como saúde das mulheres, educação bilíngue e bicultural, a denúncia da impunidade dos crimes contra indígenas e cobrança por demarcação de terras.

Embora sem nomear as mulheres indígenas representantes dos vinte e cinco povos nem apresentar as etnias, conquanto tenha apresentada a antropóloga Ruth Cardoso como primeira-dama do Brasil, e à época, também coordenadora do Programa Comunidade Solidária, a notícia destacou a organização de mulheres, posicionando-as como construtoras de um movimento social próprio, e atrelou o movimento nascente a figura da mulher indígena Rigoberta Menchú, etnia Quiché-Maia, da Guatemala, Prêmio Nobel da Paz em 1992, e as questões do movimento indígena nacional³⁵.

Esta notícia é emblemática pois contém os elementos de mais uma representação construída pelo impresso ao longo dos últimos anos de século XX e os primeiros anos do século XXI, ou seja, mulheres indígenas foram representadas como sujeitos atuantes na luta indígena na interrelação de políticas indígenas, de políticas de governos e de políticas indigenistas diversas.

Deste modo, as notícias, reportagens, legendas de fotografias e registros fotográficos do jornal/revista *Mensageiro* dão a ver presença feminina na articulação do movimento indígena tanto nas comunidades indígenas quando no âmbito da Assembleia Nacional Indígena e do movimento indígena. É possível notar que o jornal/revista *Mensageiro* posicionou algumas mulheres indígenas como sujeitos que participaram do movimento indígena ainda no nascedouro e que, ao longo dos anos, vem construindo organizações de mulheres indígenas.

Considerações finais

Estas representações não devem ser tomadas como cristalizadas, homogêneas e universais, a respeito das experiências das mulheres indígenas.

As tensões entre os títulos das notícias e conteúdos das mesmas, as contradições entre as legendas das fotografias e a ideia

³⁵ Sobre movimento indígena no Brasil ver: Cunha. *Histórias dos Índios no Brasil*, 1993.

central da notícia ou reportagens, as (in)visibilidades dos nomes e das vozes de alguns dos sujeitos, dizem sobre o processo contraditório cimiliano de posicionar sujeitos mulheres como protagonistas da emancipação dos povos indígenas, porém dentro da ideologia tradicional de que esta atuação política na esfera local ou global acontecesse como extensão de um dos papéis tidos como das mulheres indígenas, o de cuidadoras da comunidade.

Contrapor os modos como mulheres indígenas, atuantes nas organizações de mulheres indígenas, representaram a si e suas atividades, a exemplo do que fez Sônia Guajajara, às representações construídas pelo impresso *Mensageiro* pode contribuir para tencionar as imagens, colocando-as evidentes em um jogo discursivo mais amplo, o da colonialidade do poder e do saber.

Penso que as representações acerca das mulheres indígenas do jornal/revista *Mensageiro*, enquanto um impresso alternativo do Conselho Indigenista Missionário, foram construídas no jogo discursivo do CIMI entre a ideia tradicional de mulher cuidadora e a ideia emancipatória da presença de mulheres na política, seja na condição de ouvintes dos assuntos políticos, seja como sujeitos de um movimento de mulheres indígenas.

Destarte, tais representações foram produzidas na tensão cimiana entre construir políticas de e para mulheres indígenas, a parte da política dos e para os povos indígenas, e fazer política de e para os/as indígenas sob a perspectiva da relação entre mulheres e homens. Portanto, no cerne do processo de construção das representações acerca das mulheres indígenas está as jogadas patriarcais do discurso indigenista, visibilizando algumas presenças de mulheres indígenas na política mas dentro dos termos tutelares da cultura patriarcal.

Mesmo assim, é possível perceber que “As mulheres mostram sua garra”³⁶. O título deste artigo foi uma legenda de um cartaz da edição nº 107, de novembro-dezembro de 1997. Aqui, entendo-a como signo de uma fissura no discurso do protagonismo social como ação coletiva sem abordar as desigualdades e as diferenças de gênero, por outro lado, como provocação para reflexão sobre as Alziras, Cristinas, Catarinas, Elietee, Marias, Nazarés, Hildas,

³⁶ Jornal/Revista *Mensageiro*, ed. nº 107, novembro-dezembro, ano 1997. P.6

Raimundas, Deises Marias Inês, Grazielas, Martas, Sônias e tanta mais mulheres indígenas na condição de sujeitos históricos da luta por cidadania plena na Nova República do Brasil, que seguem construtoras da democracia, conforme defende Sônia Guajajara em seu artigo “A democracia que queremos”, *Mídia Ninja*, 05 de abril de 2017³⁷.

Bibliografia

ALMEIDA, Thiago D’Angelo Ribeiro. *Midiativismo e cobertura jornalística: mídia livres, movimento em rede e estratégias de contrapoder*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2015, 165p. <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7985/2/arquivototal.pdf>.

CARDOSO, Elizabeth. “Imprensa feminista brasileira pós-1974”. *Revista Estudos Feministas*, 2004, pp.37-55. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “O futuro da questão indígena”. *Estudos Avançados*. 1994. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100016&lng=en&nrm=iso.
_____. *Histórias dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEPARIS, Sidiclei Roque. *União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2007, 126p.

GUAJAJARA, Sônia. “A democracia que queremos”. <http://midianinja.org/soniaguajajara/dia-do-indio-a-democracia-que-queremos/> sem paginação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. “Sonia Guajajara: “A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher””. <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sonia-guajajara-a-gente-enfrenta-o-preconceito-duas-vezes-por-ser-indigena-e-por-ser-mulher>.

³⁷ Sônia Guajajara. “A democracia que queremos”. <http://midianinja.org/soniaguajajara/dia-do-indio-a-democracia-que-queremos/>

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

MARTINEZ, Monica Martinez; PERSICHETTI, Simonetta. “Mídia Ninja: a narrativa fotojornalística brasileira na era digital”. *Libero*. 2015. <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/67>.

MATOS, MARIA HELENA ORTOLAN. *O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, PPGAS/DAN-UnB. 1997, 214p. Mídia Ninja. “Colunista”. <http://midianinja.org/> Acesso em 31 de março de 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 2006. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional.

PERLI, Fernando. *A luta divulgada: um movimento em (in) formação: estratégias, representações e políticas de comunicação do MST (1981-2001)*, Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2007. 333p. <http://dominiopublico.io/Fernando-Perli/A-luta-divulgada-um-movimento-em-in-formacao-estrategias-representacoes-e-politica-de-comunicacao-do-MST-1981-2001/>

PERUZZO, Cicilia Khroling. “Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço”. *Galáxia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. 2009. <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>>.

SOIHET, Raquel. *Feminismo e antifeminismo: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2013. 222p.

VIDAL, Lux Boelitz. “O modelo e a marca, ou o estilo dos “misturados”. *Cosmologia, História e Estética entre os povos indígenas do Uaçá*”. *Revista Antropologia*, 1999. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100003&lng=en&nrm=iso>.